

EDUCAÇÃO E DESENRAIZAMENTO: PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO – SC

KREMER, Adriana – UNIPLAC – adriana.kremer@bomjesus.br

GT: Educação Popular/ n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Ao longo da história da Educação brasileira, pouco tem-se estudado sobre a situação das escolas no espaço rural. A escola que por longo tempo funcionou nas comunidades do interior deste Brasil foi condenada a viver à sombra das determinações, procedimentos e conteúdos próprios das escolas urbanas.

Na década de 90, com a LDB 9394/96,¹ relacionando no Artigo 28 as adaptações necessárias na oferta de Educação Básica para a população rural, algumas políticas públicas começam a aparecer em cenário nacional² e estadual para direcionar a Educação que deve ser desenvolvida no meio rural. Infelizmente elas são elaboradas ainda sob a ótica urbana. Resolvem que é imprescindível a oferta da Educação em classes unisseriadas, e, em nome disso, permitem o fechamento das antigas escolas isoladas. Em estados como Santa Catarina, os alunos são, então, agrupados em Núcleos Escolares³, e o ônibus torna-se condição primeira para que a Educação escolar aconteça. A promessa é a melhoria no processo educativo: além de classes unisseriadas, melhores condições materiais.

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa (em andamento) sobre as conseqüências do fechamento das escolas isoladas para as comunidades rurais. O seu objetivo principal foi mapear o processo de nucleação escolar no município de Bom Retiro – SC, e a partir deste estudo, refletir sobre a necessidade de um projeto de Educação do campo, que venha contemplar a complexidade inerente a esta realidade. Sendo assim, um levantamento foi realizado nos documentos oficiais do município, para verificar como aconteceu o processo de nucleação, como está estruturado atualmente, e de que maneira a Educação escolar vem sendo desenvolvida nas escolas localizadas nas áreas rurais de Bom Retiro – SC, segundo a perspectiva da Secretaria Municipal de Educação. Outro importante documento utilizado neste trabalho foi o Relatório Geral da Pesquisa Avaliativa do Programa de Nucleação de Escolas do Estado de Santa Catarina

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

² Exemplo do Plano Nacional de Educação, elaborado nos anos 90 e aprovado em 2000.

³ O Estado de Santa Catarina implantou o Programa de Nucleação Escolar no final do ano de 1997, após a determinação de diversos Decretos de Transferência da Execução das Atividades de Gestão Integral para as Prefeituras Municipais.

(encomendada pela Secretaria de Estado da Educação às Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE no ano de 2000), ainda que sua metodologia não tenha dado conta de uma reflexão mais profunda sobre os elementos envolvidos nessa mudança. A discussão a que nos propomos está pautada na análise das fontes primárias – municipais – e nos documentos referentes às políticas públicas nacionais.

Bom Retiro é um pequeno município da Serra Catarinense, distante 134 quilômetros da capital Florianópolis. Seus oito mil habitantes vivem a quase mil metros acima do nível do mar, numa região de belas paisagens e clima frio. A principal atividade econômica do Município é a agropecuária, desenvolvida na maioria dos casos, em pequenas propriedades. Uma parcela significativa da população vive em áreas rurais (33%, segundo o Censo de 2000).

Trata-se de um daqueles municípios que contradiz o Censo de 2000, o qual apontava um grau de 81,2% de urbanização do Brasil (VEIGA, 2003). Pois, além de apresentar baixa densidade demográfica, sua sede – a “cidade” – tem características predominantemente rurais. Fato facilmente constatado na forte ligação com o campo, seja nos hábitos de vida, na representação cultural, nos setores de trabalho, no lazer ou na história familiar.

No ano de 1997, funcionavam em Bom Retiro 18 Escolas Isoladas estaduais. Com a Lei Municipal nº 1421, de 26 de março de 1998, estas foram municipalizadas e agrupadas em Núcleos Escolares. A representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Bom Retiro⁴ informou que foram reunidas as escolas mais próximas, mantendo aberta a escola onde o número de alunos era maior.

Na época (início de 1998), de 20 Escolas Isoladas, foram formados 6 Núcleos Escolares no interior. Como um Núcleo fechou – pois além da falta de matrículas, sofria com freqüentes enchentes – hoje o município mantém, fora dos limites urbanos, 5 deles.

Permanecem funcionando em Bom Retiro 7 Escolas Isoladas. São casos extremos de dificuldade de acesso. E é importante citar também que há uma transitoriedade no funcionamento destas escolas. Seu fechamento ou reabertura depende do número de matrículas.

⁴ Professora Marilene Neckel, em entrevista à autora no dia 06 de março de 2006.

Para a Secretaria Municipal de Educação, o objetivo do município ao aderir ao Programa de Nucleação foi de ordem administrativa: seria mais vantajoso arcar com as despesas de transporte que manter abertas escolas com poucos alunos.

Já o objetivo da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina (SED), foi “assegurar ao maior número de crianças o acesso a turmas unisseriadas, em escolas núcleo, através de melhor estrutura física, de melhores condições didático-pedagógicas e serviços de apoio ao estudante”⁵.

Muito provável que a Secretaria de Estado já seguisse dessa forma, os preceitos do Plano Nacional de Educação, neste período – 1997 – em fase de elaboração. Nele a organização do ensino em séries é uma meta: “Associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escolas de, pelo menos, quatro séries completas.”⁶

Mas a discussão não é apenas qual formatação do ensino se adequaria melhor ao espaço rural. Não podemos desvincular o problema de questões mais profundas.

A começar pelo reconhecimento da imagem de ambiente rural arraigada em nossa sociedade, e da relação dela com a Educação oferecida aos moradores do campo:

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. (ARROYO, 2004, p. 79)

Acrescente-se aí a ridicularização do morador do campo, presente nos desenhos em quadrinhos, nas festas juninas de nossas escolas e até nas ilustrações dos livros didáticos.

Outro aspecto a ser considerado é o papel fundamental que a escola assume como centro do processo comunitário (LEITE, 1999):

Concebendo a escola como condição para a vida política, como espaço público para troca de opiniões e experiências, o rurícola utiliza-se dessa instituição de modo a adquirir meios de aparelhamento de seus pares, para o enfrentamento das classes na defesa de seus direitos e prerrogativas. (p. 87)

Ao ser fechada ou deslocada, a escola torna a comunidade frágil. A articulação dos moradores em projetos comuns que assegurem seus direitos fica comprometida.

Em relação à pesquisa sobre o Programa de Nucleação, encomendada pelo governo estadual, alguns dados chamam atenção. Seu relatório apresenta um índice de

⁵ Programa de Nucleação Escolar / Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina, 1997.

⁶ Plano Nacional de Educação – Objetivos e Metas para o Ensino Fundamental.

90% de lideranças comunitárias favoráveis à continuação do Programa de Nucleação. Mostra a satisfação dos pais com o Programa, pois este permite que seus filhos continuem os estudos – com a oferta de transporte para alunos de 5^a a 8^a série – e isso lhes trará mais possibilidades de emprego fora da agricultura⁷. O relatório aponta ainda que 60% das lideranças comunitárias reconhecem que o deslocamento das crianças tem interferido na cultura. O que, em princípio, poderia ser contraditório ao alto índice de apoio ao Programa. Porém, é necessário um olhar que considere o “pano de fundo”, o contexto dessas respostas obtidas entre alunos, professores, pais e lideranças comunitárias.

Além do pensamento hegemônico do urbano sobrepondo-se ao rural – que influencia também os moradores do campo – um outro fator a ser considerado é a herança histórica do coronelismo na Região Serrana de SC (MUNARIM, 2000). As relações de compadrio contribuíram para a formação de um povo que se mostra muitas vezes passivo, incapaz de questionar e se mobilizar diante de alguma determinação.

No município de Bom Retiro – SC, por exemplo, não houve nenhuma reação diante da implantação do Programa. Cada professora anunciou a notícia em sua escola, e os pais mais interessados, tiveram que buscar informações na Secretaria Municipal. Também nenhuma comunidade reivindicou para si a estrutura física da antiga escola.

Outro dado desperta atenção no desenvolvimento pedagógico dos Núcleos Escolares do município. Apesar do que determina o artigo nº 28 da LDB 9394/96, o calendário escolar não sofre adequações diante do calendário agrícola. Pelo contrário, os professores devem alertar a Secretaria quando um aluno falta por dias consecutivos, mesmo em época de plantio ou de colheita, para que ela acione o Conselho Tutelar.

Para Moura (1986), o trabalho infantil no universo rural “está presente na ajuda às tarefas domésticas e às propriamente agrícolas” (p. 55). Por mais que a questão do trabalho infantil seja complexa e ultrapasse os limites deste trabalho, precisamos levar em conta que ele faz parte da agricultura familiar, e desconsiderá-lo seria negar que o mundo camponês possui lógica e valores próprios.

Diante de tantas preocupações, acreditar em um projeto de Educação do campo é ter esperança de que uma realidade pode, depois de tanto tempo, ser transformada:

⁷ Relatório Geral – Pesquisa Avaliativa do Programa de Nucleação de Escolas do Estado de Santa Catarina / ACAFE

No meio rural, excetuando os movimentos de educação de base e de educação popular, o processo educativo sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sócio-cultural especificamente camponesas. (LEITE, 1999, p. 111-112)

Ao que este trabalho indica, o Programa de Nucleação contribui para o desenraizamento cultural dos alunos do campo, não apenas por deslocar o espaço físico da escola, mas por manter um modelo de Educação urbano. Precisamos reconhecer ainda que flexibilizar calendários e conteúdos também não garante a especificidade da Educação às populações do campo (ARROYO, 2004). Necessário se faz ir mais longe. Pensar um currículo que dê conta da complexidade do campo, de seus valores e suas necessidades. Uma proposta “para” o campo que, para ser legítima, só pode vir “do” campo, e que supere a visão reducionista das atuais políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.). *Por Uma Educação do Campo*: Vozes, 2004

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394**, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE**, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2000.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. (diss.). Florianópolis: UFSC, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO – SC. **Lei Municipal nº 1421**, 1998.

SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Programa de Nucleação Escolar**, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Relatório Geral – Pesquisa Avaliativa do Programa de Nucleação de Escolas do Estado de Santa Catarina**. (relat.). Santa Catarina: ACAFE, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.